



## TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Benjamin Alvino de Mesquita<sup>1</sup>  
Francisco Lima Mota<sup>2</sup>  
Welbson do Vale Madeira<sup>3</sup>

### Resumo

Neste artigo, são analisadas transformações socioeconômicas e territoriais na Amazônia a partir do início do século XXI. Após uma síntese das principais fases da economia regional desde o início da etapa imperialista do capitalismo, a fase mais recente é examinada com base em três situações: a dinâmica da produção da soja na Amazônia e suas consequências em termos de aproveitamento da força de trabalho, a subordinação da política de zoneamento ecológico econômico no estado do Acre a interesses vinculados à produção de bens primários, com destaque para a pecuária e a soja, e a importância dos grandes projetos econômicos para viabilizar a produção e o escoamento de *commodities* minerais e agrícolas. Nesse caso, é feita uma ilustração do fato por meio de elementos de uma pesquisa sobre consequências da implantação de uma usina hidrelétrica no estado do Maranhão.

Palavras-chave: Amazônia; *commodities*; zoneamento; soja; grandes projetos.

### SOCIOECONOMIC TRANSFORMATIONS AND TERRITORIAL RECONFIGURATIONS IN THE AMAZON AT THE BEGINNING OF THE 21ST CENTURY

### Abstract

This article analyzes socioeconomic and territorial transformations in the Amazon since the beginning of the 21st century. After a summary of the main phases of the regional economy since the beginning of the imperialist stage of capitalism, the most recent phase is examined based on three situations: the dynamics of soybean production in the Amazon and its consequences in terms of the use of the labor force; the subordination of the economic ecological zoning policy in the state of Acre to interests linked to the production of primary goods, with emphasis on livestock and soybeans; and the importance of large economic projects to enable the production and distribution of mineral and agricultural commodities. In this case, an illustration of this fact is made through elements of a study on the consequences of the implementation of a hydroelectric plant in the state of Maranhão.

**Keywords:** Amazon; commodities; zoning; soybeans; large projects.

Artigo recebido em: 25/01/2024 Aprovado em: 18/03/2024  
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28nEp.2024.48>

<sup>1</sup> Professor e pesquisador dos programas de pós-graduação em Políticas Públicas e em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: benjamin.alvino@ufma.br.

<sup>2</sup> Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). E-mail: franciscocesiuema@gmail.com.

<sup>3</sup> Professor e pesquisador do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: welbson.madeira@ufma.br.

## 1 INTRODUÇÃO

A exploração de alguns recursos naturais de países “menos desenvolvidos” por grandes grupos econômicos “mais desenvolvidos” foi fundamental para a acumulação primitiva do capital e para o início da industrialização na Europa, e tem sido uma das características do capitalismo contemporâneo. Associando-se à essa tendência, consolidou-se o argumento liberal de que, diante da insuficiência de poupança interna dos países subdesenvolvidos e das barreiras para que eles se industrializem, é recomendável que eles aproveitem suas “vantagens comparativas” em termos de recursos naturais e baixo custo de força de trabalho.

Efetivando-se essa indicação, e em atendimento a interesses de alguns grupos econômicos e políticos, desde o final do século XIX foi se consolidando uma divisão internacional do trabalho, com base na qual alguns países praticamente foram se especializando na produção de bens primários. Uma das consequências dessa dinâmica foi o progressivo alargamento do mercado mundial de *commodities* — entendidas aqui como mercadorias que têm baixo nível de transformação, durabilidade física relativamente longa e estabelecimento de preço no âmbito da economia mundial e em função de estruturas de oferta e demanda pelos produtos e por títulos associados aos mesmos.

Nesse quadro, tratando-se de relações da Amazônia com a acumulação no capitalismo contemporâneo, é importante ressaltar algumas fases e fatos fundamentais. Como ponto inicial, no início da fase imperialista, nos últimos anos do século XIX, alguns dos espaços da região articularam-se com grandes empresas comerciais, industriais e financeiras da Europa e dos EUA a partir da exploração do látex produzido pelas seringueiras — usado na indústria de borracha e na nascente indústria automobilística (nesse caso, nas primeiras décadas do século XX). Ainda em função da borracha, a região foi fundamental para atender interesses de grandes grupos empresariais e políticos nas duas grandes guerras.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, no contexto de uma nova fase de expansão capitalista, em todos os países da América do Sul que abarcam a Amazônia acelerou-se o processo de exploração predatória de recursos naturais. Tal dinâmica se manifestou por meio da entrada na região de grupos estrangeiros interessados principalmente em recursos florestais e minérios, e que se associaram com elites locais e articularam os ditos “planos desenvolvimentistas”. Esses planos, embora a expressão induza a enganos, de modo geral foram instrumentos autoritários que desconsideraram completamente os interesses de populações locais e povos originários, bem como irreversíveis impactos ambientais de alguns grandes projetos.

Desde o final da década de 1990 (agora na fase mais recente da mundialização do capital, da hegemonia das políticas neoliberais e, paradoxalmente, do aparecimento da noção escorregadia de

“desenvolvimento sustentável” para um público mais amplo), à exploração de riquezas minerais, da fauna e da flora, agregou-se a produção de *commodities* agrícolas, com destaque para a soja. Esse fato, por sua vez, expandiu e complexificou as relações da região com a economia capitalista mundial e demandou novos arranjos espaciais.

A exploração de *commodities* minerais e agrícolas na Amazônia tem sido viabilizada por meio de amplo apoio estatal, que inclui uma logística na qual destacam-se a expansão de rodovias, ferrovias e portos e o incremento de infraestrutura para serviços de comunicação e produção e distribuição de energia. Do ponto de vista socioespacial, essa dinâmica tem repetido o passado, e se expressa em novas desterritorializações de povos originários, comunidades quilombolas, ribeirinhos, produções agrícolas familiares e diversas comunidades tradicionais — em contrapartida, também no estabelecimento autoritário de novas estruturas fixas e no surgimento de novos fluxos de mercadorias e de capitais.

Essas transformações socioeconômicas e espaciais na Amazônia a partir do início do século XXI têm sido estudadas em diversas áreas do conhecimento, e o presente texto busca também apresentar algumas contribuições, com base em três pesquisas articuladas e independentes. Após esta introdução, são apresentadas informações fundamentais sobre a expansão da soja (principal expressão das *commodities* agrícolas) na Amazônia, e debatidas algumas de suas consequências. Destacam-se os rebatimentos da sojicultura em termos de aproveitamento da força de trabalho.

Na sequência, são apresentadas algumas mudanças recentes no estado do Acre, que foi um dos espaços iniciais da expansão do capital monopolista na Amazônia durante o ciclo da borracha, e que atualmente faz parte da nova fronteira da agricultura capitalista no Brasil. São destacados os novos arranjos espaciais demandados sobretudo por grupos interessados na produção de soja e na grande pecuária, que se expressam por meio do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).

No terceiro bloco do artigo, é apresentado outro elemento associado à produção de *commodities* minerais e agrícolas na Amazônia e que representa essencialmente uma continuidade em relação aos ditos planos desenvolvimentistas das décadas de 1960 e 1970: os grandes projetos necessários para viabilizar a produção e o escoamento dessas *commodities*. Nesse caso, é feita uma ilustração do fato por meio de elementos de uma pesquisa sobre consequências da implantação de uma usina hidrelétrica no estado do Maranhão.

## 2 AGROEXTRATIVISMO DA SOJA E OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA AMAZÔNIA

Aqui serão apresentadas algumas questões relacionadas à produção da soja, que está influenciando diretamente os novos arranjos territoriais na Amazônia. Essencialmente, procura-se

compreender efeitos do desenvolvimento ancorado numa economia de extrativismo global sob o controle de grandes corporações — que assumem papéis cada vez mais importantes em economias articuladas ao mercado internacional e têm peso marcante na dinâmica econômica desses locais —, e observar como isso se reflete na ocupação da força de trabalho.

A ascensão dessas atividades no século XXI pelo mundo afora não deve ser confundida com a exploração intensiva de recursos naturais (em particular de minérios) do período colonial ou mesmo em parte do século XX, que inclusive foi apontada no tópico anterior. Embora tenham similitudes, diferem pela forma como se organiza a produção e pelos atores que comandam a dinâmica das mesmas e as têm sob seu controle. Essa forma de organização da produção é um dos produtos das políticas liberais e abrange *commodities* agrícolas, minerais, petróleo, produção de energia e sistemas de produções de dados, principalmente para o sistema financeiro (CHANGNON, *et al.*, 2022).

O avanço das políticas neoliberais entre os anos 1990 e a primeira década do século XXI se constituiu num pilar dos mais importantes da dinâmica econômica dos países do Sul Global, e permitiu uma rápida e imensa incorporação de fronteira agrícola e processo acelerado de concentração e centralização de capital nos diferentes elos das cadeias globais<sup>1</sup>. No Brasil, por exemplo, em 2019 a área destinada a produzir grãos era de 68 milhões hectares, o que é maior do que a área de muitos países, tais como Espanha, Portugal, Uruguai e Itália (CONAB, 2020).

Nas primeiras duas décadas do século XXI, o crescimento econômico de muitos países periféricos se sustentou na economia com esse tipo de extrativismo, e uma das culturas mais importantes desse cenário passou a ser a soja. No Brasil, essa cultura começou restrita às regiões Sul e Centro-Oeste, mas logo se espalhou para outras áreas, inclusive a Amazônia, que abrange parte do que se convencionou chamar região de Matopiba, em referência aos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Em 30 anos (1990 a 2020), a safra de grãos no Brasil saltou de 57,90 milhões de toneladas (Mt) para 271 Mt; ou seja, teve um aumento da ordem de 369%, sendo que a soja (a joia da coroa do agronegócio) subiu 879% no período (CONAB 2020; BARBOSA *et al.*, 2020).

A demanda crescente da economia chinesa por *commodities* foi o principal elemento de sustentação dessa dinâmica no Brasil e em praticamente todos os países da América Latina, reconfigurando a geografia produtiva dessas regiões e incorporando milhões de hectares de terra sob o controle do grande capital. O Brasil, em particular, se tornou um maiores produtores e exportadores de soja, e o agronegócio, um elemento determinante do superávit da balança comercial. Infelizmente essas “vantagens” também vêm acompanhadas de desmatamentos ilegais, expropriações e conflitos sociais e ambientais de toda ordem e por toda parte, muitas vezes com a complacência dos poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público.

Outro elemento que explica essa consolidação e expansão da economia do extrativismo na

## TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Amazônia é a intervenção do Estado. Essa foi e continua sendo crucial para essa consolidação, e adequou-se à dinâmica imposta pela exploração desse tipo de atividade controlada por grandes corporações e pelo capital financeirizado. Coube ao Estado, por exemplo, retirar entraves de ordem institucional, econômica, social, ambiental ou ideológica que ameaçassem o processo de acumulação em andamento. Nesse sentido, as ações políticas e econômicas deveriam ser compatíveis com os pressupostos neoliberais anunciados no chamado Consenso de Washington. Assim, as políticas fiscais, monetárias, cambiais, trabalhistas, ambientais, dentre outros (antes e durante este ciclo das *commodities*) foram essenciais e estratégicas no sentido de garantir não apenas a entrada de investimentos externos mas, sobretudo, o pagamento dos dividendos de seus acionistas (MESQUITA, 2019).

Esse padrão de desenvolvimento ganhou espaço cada vez maior na Amazônia, onde historicamente essa escolha por grandes projetos sempre foi apresentada como alternativa principal ao enfrentamento do subdesenvolvimento. Isso começou pela extração do látex de seringueira no século XIX e no início do XX; depois, se expressou na produção de manufaturas na Zona Franca de Manaus e, posteriormente, foram agregados produtos semielaborados de minérios, produção de celulose etc.; por fim, no século XXI, com a inserção brasileira na globalização, foi dado mais um passo atrás e abraçado ferozmente o extrativismo agrário com consequências desastrosas para a economia regional.

Os megainvestimentos em hidrelétricas, monocultivo de dendê, eucalipto, cana-de-açúcar, pecuária bovina, e, sobretudo, na produção de soja nos dão uma ideia da insistência em seguir em caminhos nada virtuosos de experiências passadas, tais como as relacionadas aos projetos ICOMI e o Jari (Amapá) e Grande Carajás (Pará e Maranhão). Em todas, se constata uma cumplicidade da ação estatal e os interesses dos grupos oligopólios que controlam essas atividades. O Estado tem legalizado o acesso aos territórios, assegurado retornos financeiros, concedido subsídios e garantido infraestrutura, afiançando o retorno sem risco de investimentos sem qualquer contrapartida razoável desses oligopólios ao desenvolvimento regional.

É importante destacar que a pujança do principal complexo do agroextrativismo de hoje (soja), tem suas bases de sustentação no modelo de desenvolvimento implementado no período da ditadura militar. O objetivo era modernizar a agricultura<sup>2</sup> a qualquer custo e substituir as formas não capitalistas pela agricultura industrial de larga escala, priorizando matérias-primas exportáveis; dessa forma, contribuiria para gerar excedentes, combater a inflação e equilibrar a balança comercial. O público-alvo foram os grandes e médios proprietários voltados à produção de grãos, biocombustíveis e bovinos (MESQUITA, 2022).

Ao priorizar apenas um segmento específico e a busca insana em aumentar a produção, essa atuação governamental ocasionou mudanças significativas nas relações (acesso e uso da terra,

emprego, acesso à tecnologia e a financiamento) sendo os pequenos produtores (não integrados) os maiores prejudicados. Este equívoco premeditado pelo Estado, em conluio com a elite agrária, está na origem da crise agrária e ambiental, que só se agrava nos dias atuais, e cujas vítimas, sem amparo do Estado, se transformam em migrantes potenciais para outras regiões agrícolas e/ou cidades mais próximas.

No intervalo de duas décadas, através da política de crédito rural subsidiado e de política de preços mínimos, o Estado viabilizou/consolidou os complexos agroindustriais de hoje (soja, milho, celulose, álcool, café, laranja etc.), e também o processo de concentração e centralização do capital no setor agrário, fenômeno essencial para a compreensão do que hoje podemos denominar de grandes projetos desenvolvimentistas focados no extrativismo globalizado. Simultaneamente à consolidação desse padrão de acumulação, temos dois movimentos: de um lado transição demográfica, e do outro um novo regime de acumulação amparado no capital financeirizado. A ação de ambos vai dar uma nova moldura aos espaços econômicos da Amazônia. A causa se encontra na ascensão das políticas neoliberais, pois força um novo desenho das políticas macroeconômicas que privilegia a entrada de capital, um câmbio flexível e um ajuste das contas públicas em geral. Posteriormente, foram agregados outros mecanismos mais específicos, como a Lei Kandir, o Novo Código Florestal, leis trabalhistas e vários decretos para revogação de normas e leis voltadas à redução de Terras Indígenas, Áreas Quilombolas, Florestas Nacionais e Unidades de preservação.

A transição demográfica e do perfil populacional nos países avançados demorou séculos para se estabilizar. No Brasil, todavia, foi relativamente curta. Até os anos 1940, mais de 2/3 da população do país estava na zona rural. Após a Segunda Grande Guerra, paulatinamente se inverte essa situação, de modo que no ano 2000 o país já tinha um perfil urbano. Em algumas regiões, com destaque para o Sudeste, esse processo foi antecipado, enquanto em outras (Amazônia e Centro-Oeste) foi postergado. O formato da transição demográfica resultou em um violento processo de migração campo–cidade e campo–campo, com consequências calamitosas para as cidades e para o campo. No campo, isso ocasionou uma perda relativa e absoluta de atividades agrícolas (camponesas) e a ascensão de outras intensivas em capital.

Por outro lado, em muitos locais a migração encolheu a força de trabalho — fator importante para agricultura familiar — e se traduziu no empobrecimento e falência da maioria dos municípios, que, sem uma agricultura que gerasse emprego e renda para essa população passaram a sobreviver de repasses e transferências governamentais. Esse quadro, por sua vez, pressiona por novas migrações e (re)estrutura outras, alterando, portanto, o perfil socioeconômico desses espaços. Nas cidades, a migração originou uma acelerada desorganização urbana. Ao mesmo tempo, essas cidades não experimentaram um crescimento econômico compatível com essa dinâmica demográfica,

## TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

em razão da prolongada crise econômica dos anos 1980, que se estende pela década de 1990. A entrada desses contingentes populacionais oriundos do meio rural, demandando serviços coletivos de toda ordem, sem uma contrapartida do poder público para atendê-los, foi sem dúvida um dos fatores mais importantes para se entender a crise urbana que hoje campeia nas cidades, sejam pequenas, médias ou grandes.

Da interação dessa e de outras variáveis, aparece uma configuração peculiar de perfil agrário, e, portanto, da ocupação da força de trabalho — o que explica também essa heterogeneidade, diversidade e o caráter diferenciado presente na estrutura produtiva, social e espacial do setor. Essas características do setor não se devem apenas à dimensão física do país, mas, sobretudo: à condição específica de cada tipo de produtor (familiar, patronal) envolvido em cada atividade ou cultura nas diferentes regiões do país; ao formato como se organiza essa ou aquela atividade econômica; e ao apoio que recebe do Estado no acesso à verba pública.

No quesito relacionado à ocupação da força de trabalho na Amazônia no período de 1996 a 2006, de acordo com os censos agropecuários, o pessoal ocupado na agricultura declinou<sup>3</sup>, embora essa continue sendo a maior responsável pela geração e ocupação da força de trabalho da região. Alguns fatores como o acesso e tamanho da terra, o êxodo rural, acesso à tecnologia, à assistência, à extensão rural, à infraestrutura e o tipo de atividade desenvolvida contribuem na sua configuração final. O perfil da agricultura e da ocupação da força de trabalho, entre a década de 1990 e o início do século XXI, vai assumindo contornos parecidos com os das regiões mais antigas, que já se inseriram na globalização.

Atualmente a participação da agricultura familiar é de cerca 91,3% em número de estabelecimentos e de 86,5% na ocupação da sua força de trabalho. O trabalho assalariado se concentra nas *commodities*, assentada no extrativismo agrário de grãos, eucalipto e dendê, que geram poucos empregos formais (IBGE, 2021). Dessa forma, no século XXI as monoculturas se consolidam e assumem um papel crescente na configuração do espaço agrário regional e no mercado de trabalho.

No quesito ocupação da força de trabalho, cabe aos proprietários a maior representatividade. Sozinhos ocupam 48,65% da força de trabalho, enquanto os não proprietários, ou seja, arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem-terra ficam com 51,35%. Os arrendatários ficam com 10,6%, os ocupantes e os produtores sem área ficam cada um com 16% (IBGE, 2016). Do total de pessoas ocupadas por atividade econômica, a lavoura temporária (arroz, mandioca, feijão, milho e soja) é responsável por 54,5%, e a pecuária e criação de outros animais, 30,5%.

Portanto, as demais atividades pouco contam na geração do emprego, seja formal ou informal. Relacionando tipos de produtores com as atividades, tem-se que o proprietário encontrado na lavoura temporária (20,4%) e na pecuária (22,7%) é quem mais demanda mão de obra; os ocupantes

respondem por 14% e os produtores sem área, 10,5%. Quanto à distribuição do pessoal por grupo de área, os mini e pequenos estabelecimentos (isto é, aqueles com até 50 hectares) concentram 62,5% do total da força de trabalho disponível. Enquanto os grandes estabelecimentos, ou seja, com mais de 1.000 hectares, empregam o equivalente a 1,7%. Contrapondo-se os dois censos agropecuários no aspecto da ocupação da força de trabalho, nota-se uma trajetória de queda tanto no plano nacional quanto no regional. Isso está associado à dinâmica de variáveis estruturais (políticas macroeconômicas e a transição demográfica), que vão moldando o perfil do setor e, conseqüentemente, do mercado de trabalho e da conjuntura nacional e internacional da acumulação capitalista.

O perfil regional e nacional de concentração e distribuição da força de trabalho em termos de gênero, tipo de agricultura, perfil de produtor, atividade empregadora e estrato de área que mais ocupa segue trajetória parecida. Locais onde predomina o agroextrativismo (poupador de trabalho) são diferentes de onde a cultura principal é intensiva em trabalho (produção familiar). Isso significa que regionalmente há diferenciação importante, associada à dinâmica dada pelo capital e no formato que ela assume na exploração desta ou daquela cultura, se intensiva de capital ou de trabalho.

Por outro lado, de forma associada principalmente à dinâmica da sojicultura, tratada neste tópico, observam-se processos de reconfigurações territoriais em todos os estados da Amazônia. No tópico seguinte, é mostrada essa dinâmica no estado do Acre.

### **3 EXPANSÃO CAPITALISTA E REORDENAMENTOS TERRITORIAIS NO ESTADO DO ACRE**

Por sua localização, o Acre, estados vizinhos, a Bolívia e o Peru foram incluídos e espoliados na dinâmica do capitalismo mundial no mesmo período de início das políticas imperialistas, nos últimos anos do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. A razão principal foi a economia da borracha, que, com o seu famoso sistema de aviamento, incluiu desde o trabalho extremamente precário em uma ponta até grandes grupos econômicos transnacionais na outra. Ao mesmo tempo, já nessa fase e, posteriormente, durante a Segunda Guerra Mundial, essa expansão capitalista implicou em impactos ambientais e, principalmente, desordenamento territorial e social — nesse caso, principalmente para povos originários.

Após definhamento da economia da borracha, agora já no contexto dos ditos planos desenvolvimentistas dos governos da ditadura empresarial-militar brasileira, o Acre foi sendo progressivamente reinserido no circuito de acumulação das economias do Brasil e do mundo. A partir do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA) e do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), ao Acre foi indicada a “vocaçãõ” para abrigar polos madeireiros e projetos agropecuários (SUDAM, 1976), que, à medida em que foram se instalando



desabrigaram comunidades rurais, estabeleceram latifúndios e provocaram desflorestamentos (JAYME JR., 2022). Segundo Jayme Jr. (2022, p. 27), “Os grupos sulistas, quando chegaram ao Acre, buscaram desativar os seringais e desmatar, para a implantação da pecuária”.

Diante dos profundos impactos ambientais e sociais dos planos desenvolvimentistas da ditadura no Brasil e de conflitos entre interesses capitalistas e não capitalistas pelos recursos naturais da Amazônia (THÉRY, 2005), no contexto da fase mais recente de mundialização do capital, na década de 1990, tiveram início as políticas de ZEE na região.

Podem ser destacados dois pontos fundamentais ao tratarmos de zoneamento no Brasil. O primeiro é que, desde as primeiras décadas do século XXI, do ponto de vista institucional, as zonas assumiram uma centralidade que em momentos anteriores foi ocupada de forma sucessiva pelos polos de crescimento e pelos eixos de integração. O segundo aspecto associa-se ao primeiro: os ZEE se tornaram objetos de disputas entre grupos de interesse. No caso da Amazônia, com hegemonia das concepções e interesses dos grupos voltados para exportação de *commodities* minerais e agrícolas.

Do ponto de vista institucional, de acordo no Decreto 4.297/2002, o ZEE e seus objetivos foram definidos nos seguintes termos (BRASIL, 2002):

Art. 2o – O ZEE, instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Art. 3o – O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.

A considerada primeira fase do ZEE do Acre foi realizada nos anos 1999 e 2000, na escala 1:1.000.000, e teve apoio técnico e/ou financeiro do Banco alemão KfW, da Agência Alemã de Cooperação Técnica GTZ, do Ministério do Meio Ambiente, do Subprograma de Políticas de Recursos Naturais/Programa de Gestão Natural Integrada (SPRN/PGAI), da Fundação Mundial para a Natureza (WWF), do IBAMA, do IBGE, do PNUD e da UFAC (ACRE, 2000). Registrar essa composição é interessante na medida em que fica explicitado que o zoneamento envolveu o PNUD, o setor público do Brasil, ONGs e bancos estrangeiros, que seguiram influenciando o zoneamento nos anos seguintes. Outro ponto importante é a base conceitual do ZEE do Acre, na medida em que nele constou o objetivo de “contribuir para a incorporação dos princípios de Desenvolvimento Sustentável na orientação das ações do governo, do setor privado e da sociedade em geral” (ACRE, 2000, p. 1). Ou seja, adotou uma noção estabelecida pela ONU e que indica ser viável compatibilizar a lógica da acumulação capitalista com a preservação ambiental e os interesses de comunidades tradicionais, entre outros aspectos.

A partir de 1999, o ZEE do Acre teve três fases com características distintas, ainda que com notáveis continuidades. Da primeira, participaram 34 organizações representativas de órgãos públicos, empresas privadas, sindicatos e organizações de pesquisas, e um dos princípios declarados foi a participação de vários “atores”. Para o então governo acreano, o sucesso do programa dependeria de estratégias inovadoras que estimulassem a participação efetiva dos diferentes setores da sociedade, especialmente daqueles grupos sociais que historicamente têm sido marginalizados no processo de formulação e implementação de políticas públicas. Avaliou-se que essa participação ativa, com a definição de "pactos sociais" entre diversos setores da sociedade, seria fundamental para garantir a sustentabilidade política do zoneamento (ACRE, 2000, p. 1).

Evidentemente, houve uma insistência institucional em tentar compatibilizar grandes empreendimentos econômicos com a expansão de reservas e territórios de comunidades tradicionais e povos originários. Na primeira linha, cabe destacar a manutenção no ZEE do entendimento que constou do Polamazônia de que o Acre teria vocação para consolidar polos madeireiros e possibilidades de grandes ganhos econômicos em função deles. Ao mesmo tempo, pretensamente para contemplar interesses de povos originários, foram reunidas e consolidadas informações dispersas em vários estudos e levantamentos, e indicou-se a necessidade de aprofundá-las. Na ocasião (1999), o Acre tinha 28 terras indígenas reconhecidas pelo governo federal, em 11 municípios. Nelas estariam 12 povos em um total de aproximadamente 9.343 pessoas (ACRE, 2000). Por outro lado, havia reivindicações de reconhecimento de novas terras indígenas e vários problemas a serem resolvidos. Um deles dizia respeito à sobreposição de terras indígenas e seringais de propriedade privada.

Para a produção agrícola, foi concebida uma compatibilização entre as pequenas e as grandes propriedades, o máximo aproveitamento de áreas já degradadas e o estímulo a produções orgânicas e com baixo impacto ambiental. Até 1999, entretanto, a grande lavoura mecanizada tinha pouca relevância. Quanto à pecuária de corte, foi identificado que essa atividade foi responsável por aproximadamente 80% dos desmatamentos no Acre, com consequentes impactos na biodiversidade e na degradação do solo (ACRE, 2000).

A segunda fase do ZEE no Acre foi iniciada em 2007 e concluída em 2010. Teve um mapa de gestão territorial do Acre como principal resultado, e nele foram propostas quatro zonas (ACRE, 2010):

- Zona 1 – Consolidação de sistemas de produção sustentáveis. Aproximadamente 24,7% do território;
- Zona 2 – Uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental. Aproximadamente 49% do território;

## TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

- Zona 3 – Áreas prioritárias para o ordenamento territorial. Áreas demandadas por populações tradicionais e/ou com potencial para se constituírem em novas unidades de conservação, terras indígenas e projetos de assentamento diferenciados. Aproximadamente 26,3% do território;

- Zona 4 – Cidades do Acre. Áreas municipais caracterizadas por espaços urbanos próximos a espaços rurais. Aproximadamente 0,2 % do território;

Ainda com base na segunda fase do ZEE do Acre, podem ser destacadas as seguintes constatações (ACRE, 2010):

- Aproximadamente 12% do território estadual já estava desmatado;
- 47,3% do território estava protegido sob a forma de áreas naturais protegidas;
- A pecuária podia ser associada a aproximadamente 81% do desmatamento total do estado.
- Em geral associadas aos desmatamentos, aumentaram também as queimadas, principalmente em torno de empreendimentos pecuários.

A terceira etapa do ZEE do Acre foi finalizada em 2021, e teve o objetivo formal de atualizar a segunda etapa. Todavia, foi realizada em um contexto político de avanço da extrema direita no Brasil, apresentando significativas mudanças em relação às etapas anteriores no que diz respeito ao diagnóstico da situação do estado e a recomendações de quais zonas e atividades deveriam ser priorizadas. Destaca-se, nesse caso, as contundentes indicações do governo, no sentido de que fosse estimulado mais o chamado agronegócio, principalmente nas zonas 1 e 3.

Por outro lado, com base em comparações extraídas dos censos agropecuários brasileiros de 2006 e 2017 (IBGE, 2020), constatou-se que nesse período a área desmatada no Acre aumentou 30%, houve uma significativa queda da produção agrícola familiar e um salto na área disponibilizada para produção de grãos (ACRE, 2021). Dessa forma, diferentemente das fases anteriores, na terceira fase a soja apareceu como um produto extremamente relevante na economia do estado, e os grupos de interesses relacionados à sua produção passaram a influenciar o ZEE de maneira contundente.

Diante da evidente inserção da soja no espaço e na estrutura produtiva de toda a Amazônia, e das consequentes mudanças socioeconômicas e reconfigurações territoriais na região, é importante verificarmos uma outra demanda fundamental da economia primário-exportadora no Brasil: a demanda por infraestruturas que favoreçam as produções e os escoamentos de *commodities* minerais e agrícolas. Trata-se disso no tópico a seguir.

#### 4 ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA E GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA

Nas décadas de 1950 e 1960, foram verificadas importantes mudanças no padrão de

organização socioeconômica da Amazônia por meio de colonização pública e privada das terras e de projetos mineiro-metalúrgicos e energéticos. Nesse sentido, Becker (1982) destaca que:

Modifica-se a percepção da Amazônia, que assume posição-chave frente às prioridades políticas e econômicas de ordem interna e externa. [...] Pelo seu valor estratégico e pelo alto valor de seus recursos naturais, a região é capaz de atrair inovações e efeitos difusores do desenvolvimento, tais como capital, tecnologia, população — tanto de centro nacionais como de centro mundiais, tornando-se um verdadeiro campo de atração de forças externas (BECKER, 1982, p. 63–65).

A Amazônia Maranhense, em particular, assume uma nova percepção e adquire posição de destaque para os agentes econômicos hegemônicos, uma vez que, até a primeira metade do século XX, a região era compreendida como uma barreira à ocupação humana e conseqüentemente à expansão das atividades econômicas. Nesse novo cenário, a região passa a ser vista como “fronteira de recursos” ou “fronteira do capital”, atraindo inovações e forças exógenas diretamente vinculadas ao capital monopolista, que passaram a atuar de forma marcante, provocando fortes mutações no espaço. Esses fatores são decorrentes das intervenções estatais que aceleraram o processo de ocupação e povoamento da região de maneira associada a grandes projetos econômicos.

Martins (1993, p. 61) afirma que os Grandes Projetos de Investimentos (GPis) são considerados “projetos econômicos de envergadura”, os quais abrangem a construção de hidrelétricas, os planos de colonização e também a construção/abertura de rodovias e ferrovias. Assim, os grandes projetos causam grandes e graves efeitos em relação ao meio ambiente e às pessoas, uma vez que, no processo de implantação, não há análises sobre as alterações socioeconômicas, culturais e ambientais que causariam às regiões.

Para Vainer e Araújo (1992), os “grandes projetos de envergadura do capital” explicitam que:

[...] empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo por decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 34).

Os Grandes Projetos de Investimentos (GPis) abarcam os empreendimentos de grande porte e surgiram sob o discurso de contribuir para a implantação de infraestrutura como forma de levar crescimento e progresso às regiões em que foram instalados.

Assim, na definição de Bortoleto:

[...] “os megaprojetos” são apresentados à sociedade como essenciais ao desenvolvimento da nação. Mas esse desenvolvimento fica em grande parte restrito ao centro hegemônico da economia nacional, não chegando a atingir as regiões receptoras e, conseqüentemente, não vindo a amenizar os impactos causados com a implantação desses empreendimentos (BORTOLETO, 2001, p. 55).

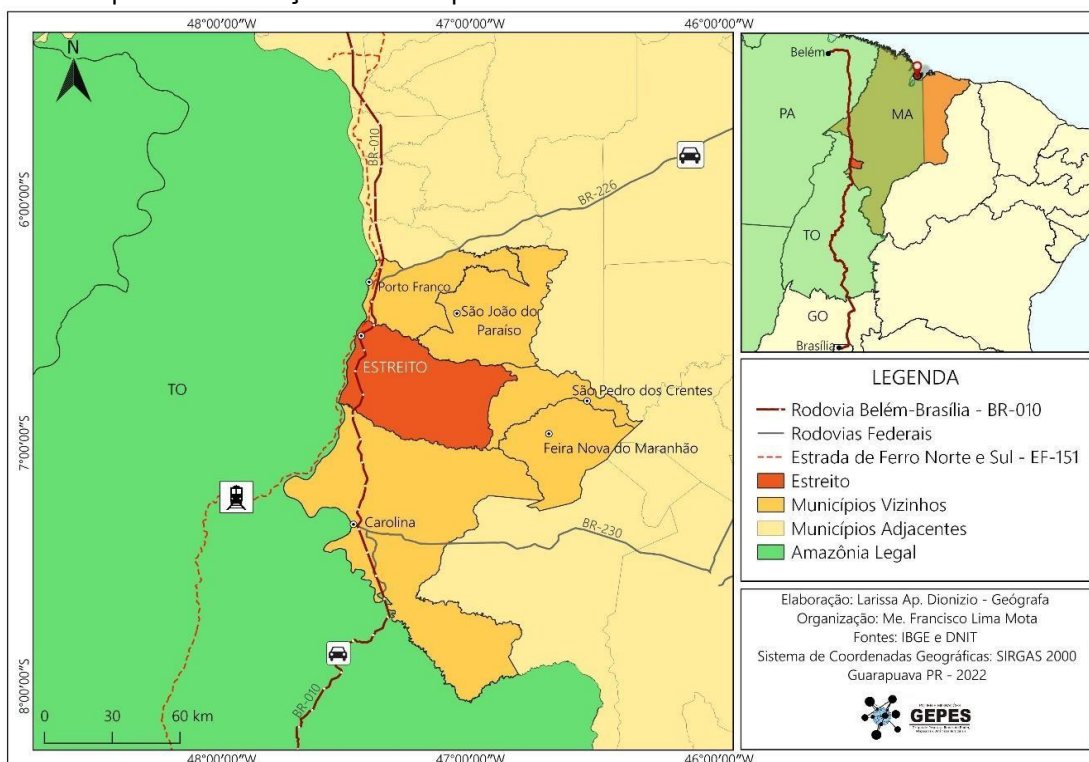
Conforme Mota (2022), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), via

## TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

investimentos do Governo Federal possibilitou na Amazônia Maranhense, a partir de 2002, a instalação de muitos projetos com essas características, sendo um deles a instalação da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE). Essa começou a ser implementada em 2012, no Rio Tocantins, com reservatório de 5,4 bilhões de metros cúbicos e 555 km<sup>2</sup> e capacidade de gerar até 1.087 megawatts (MW) de potência. A chegada desse grande empreendimento reforça a conformidade de que a Amazônia brasileira se torna, cada vez mais, cenário desses megaprojetos.

O discurso desenvolvimentista, apoiado na implantação de projetos voltados à produção de energia elétrica na Amazônia Maranhense se deu pela defesa de que a chegada desse projeto traria melhores condições de vida à população, principalmente no que se refere ao acesso a infraestrutura e aos serviços. Em Estreito (mapa 01), município que faz divisa entre o estado do Maranhão e o estado de Tocantins, a máxima dessa lógica está na UHE, que leva o seu nome; um grande projeto de investimento do capital, com objetivos de ordem econômica, com fins de apropriação e, conseqüentemente, dominação do território em sua modernização (Mota, 2022, p. 78).

**Figura 1 - Mapa 01: Localização do município Estreito – MA.**



**Fonte:** IBGE e DNIT.

O município de Estreito está localizado na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz (IBGE, 2017) e na Região Geográfica Imediata de Imperatriz. Na proposta de regionalização do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), o município se encontra na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense e na Região Metropolitana do Sudoeste

Maranhense (IMESC, 2020).

No ano de 2002, o projeto da Usina Hidrelétrica de Estreito foi licitado e a concessão foi adquirida pelo CESTE – Consórcio Estreito de Energia, que é formado pelas empresas Tractebel, Vale, Alcoa, Billiton e Camargo Córrea. Somente a última é brasileira, ou seja, o referido consórcio apresenta-se intimamente ligado ao capital monopolista global, revelando assim relações que vêm de fora para dentro e que passam a exercer forte domínio e controle nas regiões e populações que são abarcadas por esse empreendimento (ALMEIDA, 2012, p. 6).

A partir daí, o município de Estreito passa por um significativo crescimento tanto econômico como populacional. No entanto, a chegada da UHE passa a gerar, também, impactos em outros sentidos — principalmente nas comunidades que diretamente dependem do rio Tocantins como forma de sobrevivência e manutenção (MOTA, 2022).

Em complemento, Melo e Chaves (2012) afirmam que a construção da UHE de Estreito trouxe à tona conflitos sociais decorrentes do impacto econômico, ambiental e cultural decorrente do empreendimento, com desalojamento de inúmeras famílias que viviam na região no entorno do megaprojeto.

A construção da UHE de Estreito mudou não somente a paisagem regional mas também a dinâmica econômica do município, que consolidou uma nova estrutura de prestação de serviços, como hotéis e outros para atender o fluxo de pessoas que se mudaram ou passaram a adotar Estreito como local de trabalho e/ou aporte turístico em função da hidrelétrica (LIMA, 2010).

Assim, a economia arquitetada pelas empresas multinacionais está dissociada dos interesses mais gerais da população, e, por isso, se dá a importância de estudos que contemplem a implantação de projetos hidroenergéticos na Amazônia brasileira. Eles são a expressão mais avançada do capitalismo, que, por meio da política dos atores econômicos globais, estimula as práticas financeiristas do Estado a seu favor.

Por fim, nesse novo espaço a carga de ciência e tecnologia é substancialmente maior do que no passado. Daí é importante entender que a configuração territorial agora responde às exigências das relações capitalistas de produção, que, através da produção de energia elétrica, realiza a reprodução ampliada do capital e uma “desconfiguração” territorial, mesmo sendo um complemento de outros grandes projetos regionais e vinculados à economia-mundo.

Lima (2010) detectou diversos impactos econômicos, sociais e ambientais que podem ser associados à UHE de Estreito e ao aumento populacional no pico da obra. Podem ser ressaltados os seguintes: aumento da criminalidade e da prostituição; elevação do índice de incidência de doenças; oferta de empregos temporários; aumento das receitas tributáveis; queda da produção agrícola;

redução de áreas agriculturáveis; especulação imobiliária; inundações; deslocamentos de animais; mortes de peixes; e extinção de parte da vegetação pelo enchimento do reservatório da usina.

A difusão de UHEs na Amazônia Legal é um movimento em curso, com a apropriação de várias áreas da região por agentes econômicos públicos e privados. Por um lado, articula-se com a necessidade de aumentar a oferta de energia para grandes projetos voltados para a exportação de *commodities*, no rumo dos elementos indicados nos dois tópicos anteriores. Por outro lado, implicam em uma metamorfose do território e nas relações sociais, como foi indicado para esse caso na Amazônia Maranhense.

## 5 CONCLUSÕES

Embora seja um espaço de expansão do capital há várias décadas, a Amazônia tem passado por importantes mudanças qualitativas desde o início do século XXI, principalmente após o *boom* na demanda por *commodities* minerais e agrícolas por parte da China. Ao mesmo tempo, no que diz respeito às *commodities* agrícolas, os dados censitários para os anos de 1996, 2006 e 2017 mostram contradições que, em tese, não deveriam estar acontecendo.

Ainda são marcantes as formas não capitalistas e, portanto, do trabalho familiar, em territórios dominados pelo agronegócio. Além disso, o estabelecimento do trabalho assalariado com o avanço da produção agrícola capitalista, responsável pela exploração de milhões de hectares de terras ao longo das últimas décadas, implica uma geração de empregos formais que é insignificante e sazonal. Além disso, são baixos os *links* entre produção, comercialização e indústria. Praticamente não há agregação de valor ao produto, ao mesmo tempo em que a drenagem de riquezas de regiões como a Amazônia para áreas mais desenvolvidas é contínua.

Por outro lado, nas áreas incorporadas para produção de soja, verifica-se uma queda drástica na produção de alimentos básicos, aumento da especialização em soja e matérias-primas industriais, redução do número de não-proprietários, substituição da lavoura tradicional pelo agronegócio e devastação dos recursos naturais. Essa dinâmica representa o produto de um padrão equivocado de crescimento econômico, que privilegia setores cartelizados em detrimento da maioria, que não consegue se inserir no mercado nos moldes do grande capital e nem produzir mais a sua subsistência.

Apesar de haver um padrão comum de consequências negativas associadas às *commodities* minerais e agrícolas, atualmente todos os estados da Amazônia Legal estão incorporados de alguma forma à essa dinâmica, e em todos eles se verificam intervenções estatais que favorecem a produção capitalista de espaço. Neste artigo, ilustrou-se esse último fato por meio de duas situações,

em diferentes estados na Amazônia legal: o ZEE no Acre e a construção de uma usina hidrelétrica no Maranhão.

O Acre foi um dos espaços iniciais de expansão do capital monopolista no Brasil ainda na primeira fase imperialista, por ocasião do ciclo da borracha. Posteriormente, a partir da década de 1960, recebeu novo fluxo de capital em função dos planos ditos desenvolvimentistas dos governos da ditadura militar-empresarial. Entre outros resultados, verificaram-se profundos processos de degradação ambiental e desterritorializações de povos originários e populações tradicionais.

Os processos de degradação e desterritorializações aparentemente tiveram uma possibilidade de amenização e freio na fase inicial de implementação do ZEE. Todavia, o Acre é um exemplo de estado no qual houve um relativo retrocesso na forma de implementação do zoneamento.

Ainda que, em todas as três fases do ZEE, tenha se tomado a noção de desenvolvimento sustentável como referência — o que por si só indica que o reordenamento territorial supôs uma inviável compatibilidade entre interesses coletivos e capitalistas —, na terceira fase foi explícita e contundente a opção preferencial pelo dito agronegócio. Dessa forma ratificou-se o caráter do Estado no capitalismo e como as suas políticas territoriais, mesmo quando permeadas por aparentes preocupações ambientais, voltam-se prioritariamente para organizar o espaço da maneira mais favorável à acumulação do capital.

Também essencialmente para produzir espaço para o capital, estão sendo os casos de construções de usinas hidrelétricas na Amazônia, que podem ser associadas a interesses de grupos industriais, de exportadores de *commodities* e à ascensão de políticas neoliberais; isso implica, de pronto, apropriações territoriais e de recursos hídricos. Tomando-se como representativo o caso da UHE no município de Estreito, na Amazônia Maranhense, verificou-se que esses empreendimentos tendem a ter impactos econômicos limitados, em termos de arrecadação de impostos e geração de empregos e, ao mesmo tempo, grandes desordenamentos territoriais e problemas sociais e ambientais.

Conclui-se que as três situações apresentadas indicam que a Amazônia se encontra inteiramente conectada com a dinâmica da economia global nos primeiros anos do século XXI, e que a priorização cada vez maior do uso de seu espaço para produção e exportação de *commodities* favorece a expansão de diversas frações do capital (industrial, comercial, financeiro). Apesar desse fato implicar em algumas importantes mudanças qualitativas, também são marcantes as continuidades principalmente em relação aos pretensos planos desenvolvimentistas da década de 1960. Seguem, por exemplo, as desterritorializações, a depredação ambiental e grandes projetos com feições de enclaves, com baixíssimas contribuições em termos de geração de emprego e renda. Por outro lado, inclusive como um elemento que demanda pesquisas mais profundas, também há permanências que se pode considerar como positivas, tais como o poder da agricultura familiar e de formas de organização e



resistência por parte de povos originários e de diversos tipos de populações tradicionais.

## REFERÊNCIAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre**. Zoneamento ecológico-econômico: indicativos para a gestão territorial do Acre-documento final. Rio Branco: SECTMA, 2000. v 3.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000): Documento Síntese**. 2. Ed. Rio Branco: SEMA, 2010. 356p.

ACRE. Governo do Estado. **Zoneamento ecológico-econômico do Acre: fase III: escala 1:250.000: documento-síntese**. Secretária de Estado do Meio Ambiente. – Rio Branco: SEMAPI, 2021.

ALMEIDA, Fernando Ferreira de. **Efeitos socioespaciais de grandes projetos na Amazônia Oriental**: uma reflexão a partir das representações sociais das populações atingidas pela UHE – Estreito (monografia de Conclusão do curso) Imperatriz, MA: CESI/UEMA, 2012.

BECKER, Bertha Kofmann. Relações de Trabalho e Mobilidade na Amazônia Brasileira: Uma Contribuição. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 32, n.17-18, p. 26-50, 1982.

BORTOLETO, Elaine Mundim. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discursos e impactos. **Geografares**, [S. l.], n. 2, 2001. **Intermediárias**. Rio de Janeiro.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002**. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_03/decreto/2002/D4297](https://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/decreto/2002/D4297). Acesso em 10 jun 2022.

CHANGNON, *et al.*. Do extrativismo ao extratismo global: a evolução de um conceito organizador. **Jornal de Estudos Camponeses**, 49:4, 2022.

CHAVES, Patrícia Rocha. MELO, Nara Lopes. **A construção da usina hidrelétrica de Estreito e o processo de territorialização do Movimento de Atingidos por Barragens**. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, 2012.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Série Histórica das Safras**. Brasília, CONAB, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Brasil 1995-96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Brasil 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Sistema IBGE de Recuperação Automática Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>, acesso em 23/03/21.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Regiões Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro, 2017.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Regiões de desenvolvimento do estado do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2020.

JAYME JR. Frederico Gonzaga (coord.). **Diagnóstico Socioeconômico Acre 60 anos: passado, presente e futuro**. Produto 2: Balanço, história e perspectivas do Acre e da região amazônica. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2022.

LIMA, Wilson. **Usina hidrelétrica de Estreito transforma a região**, 2010. Disponível em: <http://www.imperatriznoticias.com.br/component/content/article/60-geral/2164-usina-hidreletrica-de-estreito-trasforma-a-regiao>. Acesso em: 5 jun. 2023.

MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MESQUITA, B.A. Esboço sobre as estratégias de inserção das economias periféricas sob a ótica da globalização. *In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2020. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalho>.

MESQUITA, B.A. Modernização da agricultura brasileira e o papel do Estado durante a ditadura militar. *In: Soares, D. Q, Silva, J.R.S e Madeira, W.V (orgs.). Desenvolvimento socioeconômico e os desafios da atual conjuntura*. Curitiba: CRV, 2022. 254 p.

MOTA, Francisco Lima Mota. **A rodovia Belém-Brasília e os (re) ordenamentos do território na Amazônia Maranhense**. 2022. 198f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual do Centro Oeste/UNICENTRO, Guarapuava – PR, 2022.

SUDAM. **II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979)**. Belém: Sudam, 1976.

THÉRY, Hervé (2005). **Estudos Avançados** 19 (53). Situações da Amazônia no Brasil e no continente.

VAINER, Carlos Bernardo; ARAUJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

## Notas

<sup>1</sup> No Brasil, de acordo com o censo de 2017 (IBGE, 2020), há 236 mil produtores de soja, dos quais 179 mil são pequenos (com menos de 100 ha) e 11.393 são grandes (+ de 1.000 ha). Esses últimos, todavia, respondem por 60% de toda safra e os primeiros por apenas 10%. Por outro lado, entre 2006 e 2017, desapareceram 20 mil produtores na atividade (IBGE, 2021).

<sup>2</sup> A modernização agrícola implementada no país desde os anos 1970, intensiva de capital, em que a mecanização e o uso de insumos modernos constituem a base principal, foi e continua sendo fator de grande transformação das relações sociais do campo brasileiro. Ela não se restringiu tão somente ao aumento da produção e da produtividade dos chamados “fatores de produção” capital, terra e trabalho; ela alterou profundamente a relação capital x trabalho, e desprezou a questão ambiental (MESQUITA, 2022).

<sup>3</sup> O declínio da mão de obra decorre de um comportamento histórico que acompanha o desenvolvimento da atividade agrícola. Ao se modernizar, o capital variável (força de trabalho) é substituído por capital fixo (máquinas e insumos); essa tendência é ditada pela dimensão que assume agricultura capitalista na atividade como um todo.